



ANO 15 Nº 6
Junho de 2006

**Carta
de**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

A nacionalização do gás boliviano

A recente atitude do Governo boliviano nacionalizando suas reservas de hidrocarbonetos causou uma polêmica no Brasil, que é desmesurada em relação à importância daquele produto para a nossa sociedade. Mesmo considerando que o País é o maior comprador de gás natural da Bolívia, seu peso na matriz energética nacional é pequeno. O valor simbólico do gesto é que lhe conferiu importância, pois evoca dois aspectos tão controversos quanto contraditórios da orientação política do Governo Federal: seu respeito aos valores do mercado e sua política externa independente.

Em relação ao problema energético propriamente, o fornecimento de gás ao Brasil estava sendo feito a preços bem abaixo dos praticados internacionalmente. Em 31 de maio, o gás natural estava cotado, em Nova Iorque, a US\$ 6,56 o milhão de Btu, enquanto o contrato firmado com a Bolívia estabelecia preços de US\$ 3,43 para o Brasil e ainda menos para a Argentina (US\$ 3,18). Nesse sentido, uma revisão desses valores é mais que razoável, como também é razoável que a carga fiscal sobre o resultado da exploração, que estava em 18%, tenha sido majorada. Além disso, há que se considerar o sentimento do povo boliviano em relação às riquezas naturais do País, especialmente de sua maioria de origem indígena, da qual o Presidente Evo Morales, líder da Nação Aymará, é representante. Os grandes empreendimentos da mineração de prata e estanho, maiores riquezas do País no passado, esgotaram-se, deixando um legado de pobreza e subdesenvolvimento. Hoje, suas exportações concentram-se em gás e petróleo, respectivamente, 34% e 11% do total em 2005, seguidas pela de soja, 8%. A eleição de Evo veio na esteira da grande mobilização social que teve sua culminância em 2003, com a renúncia de Sánchez de Lozada, e buscava reverter o processo de privatização e desnacionalização de recursos naturais levado a cabo nos anos 90, no bojo da onda neoliberal que então varreu a América Latina. Empossado, o Presidente apenas cumpriu um compromisso eleitoral.

Por que, então, tanta polêmica? Afora a *mis en scène* de ano eleitoral, propícia a magnificar as dificuldades dos governantes, a controvérsia foi motivada por dois problemas de natureza ideológica. Primeiro, o tão evocado dogma do respeito a contratos e da segurança jurídica, dito fundamental à atração do investimento estrangeiro. A necessidade de agradar investidores estrangeiros para atrair poupança externa é uma daquelas crenças nunca demonstradas. De qualquer maneira, a nacionalização já havia sido inscrita no ordenamento jurídico do País, por referendo, bem antes das eleições; o de-

creto de 1º de maio apenas regulamentou a matéria. A própria Suprema Corte boliviana já havia declarado inconstitucional a propriedade privada do gás na boca do poço, prevista nos contratos. Nessa circunstância, a preservação da segurança jurídica cobra, sim, a revisão do contrato irregular.

O segundo problema diz respeito à avaliação da reação do Governo brasileiro, acusada de leniente. Reconhecendo o ato soberano do vizinho, o Itamaraty age em prol de uma negociação dos novos termos do contrato o mais favorável possível, tendo em vista a necessidade de preservar o fornecimento. Espaço há, pela diferença em relação ao preço internacional e pela capacidade de a Petrobrás assimilar um reajuste, mesmo que não repassando ao consumidor, já que o gás é uma parte diminuta de seus negócios, e os investimentos realizados já estão, em boa medida, amortizados. Outra atitude seria não reconhecer aos bolivianos o mesmo direito de propriedade sobre seus recursos naturais que a Constituição assegura aos brasileiros desde 1934. Além desse preceito de igualdade, o Brasil tem interesse na preservação de um valor maior e que vai além da boa vizinhança, o da integração sul-americana, para o qual é decisiva a participação do país andino e fundamental a consolidação das interconexões de suas infra-estruturas e cadeias produtivas.

O aspecto relevante do problema, e que mereceria ser mais discutido, é o da continuidade da importação de gás e do papel deste na matriz energética brasileira. Muitos têm defendido a aceleração da produção de gás nacional, para reduzir a dependência, na linha da auto-suficiência que se buscou alcançar com o petróleo. Ora, essa não é a posição mais prudente, face à redução do horizonte de aproveitamento das reservas mundiais de hidrocarbonetos. Fontes alternativas e renováveis precisam ser melhor exploradas, além de se repensar a estratégia em relação aos combustíveis fósseis e a outras fontes não renováveis. Nesse sentido, é mais bem pensada a posição norte-americana, que busca garantir fornecimento do exterior a curto prazo, para preservar o mais possível suas reservas próprias para os duros anos que estão por vir. O Brasil tem feito o contrário, pois, na ânsia por obedecer aos valores do mercado para agradar o capital forâneo, segue alienando suas reservas a empresas estrangeiras nos leilões das novas concessões de prospecção.

Luiz Augusto E. Faria (FEE/CEES)

Primeiro quadrimestre de 2006: setor calçadista continua em crise no RS

A crise pela qual passa o setor calçadista é intensa no Rio Grande do Sul, devido à representatividade do mesmo na economia do Estado. Esse segmento tem uma participação de aproximadamente 12% no valor da transformação industrial (VTI) e de 13% no total das exportações. Depois de encerrar o ano de 2005 com queda no volume das exportações e da produção — resultado da desvalorização do dólar e da concorrência dos calçados chineses —, o setor continuou a enfrentar, no primeiro quadrimestre de 2006, em relação a igual período do ano anterior, quedas de 21,6% no volume e de 3,3% no valor das exportações.

Embora o preço médio tenha aumentado nesse período, em razão de uma maior agregação de valor no calçado exporta-

do pelo RS, esse aumento não foi suficiente para contrabalançar a queda continuada no volume das exportações. Bem diferente é o comportamento do setor nos demais estados brasileiros, quando, nesse mesmo período, tanto o volume como o valor das exportações tiveram um crescimento de 18,8% e de 12,5% respectivamente.

Somente agora, em maio de 2006, o Governo Federal disponibilizou uma linha de crédito junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 400 milhões, para socorrer a indústria calçadista, com 12 meses de carência mais 12 meses para parcelamento.

Volume e valor das exportações gaúchas e brasileiras de calçados — jan.-abr. 2005/06

ESTADOS	QUANTIDADE (pares)		VALOR (US\$)	
	2005	2006	2005	2006
Rio Grande do Sul	40 553 624	31 773 598	427 390 153	413 174 411
Demais estados	35 658 350	38 628 989	198 707 318	213 134 412
TOTAL	76 211 974	70 402 587	489 481 176	626 308 823

FONTE: MDIC/Secex.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/CEES)

Evolução e composição da dívida pública federal

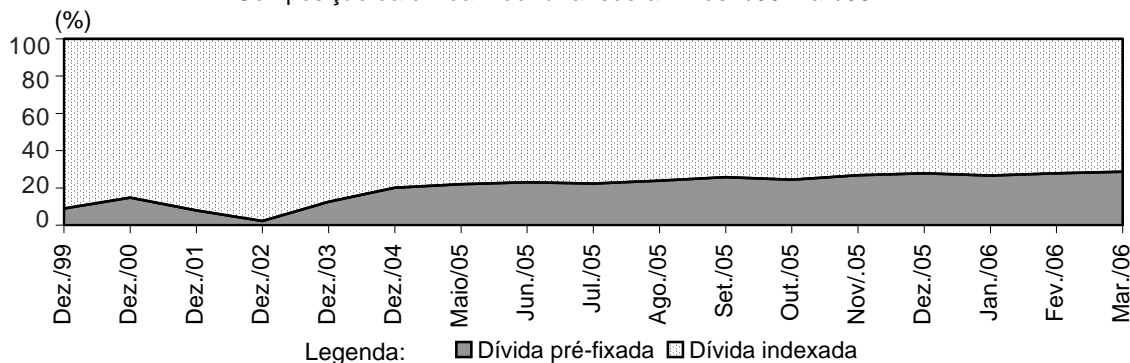
Em fevereiro de 2006, a dívida pública mobiliária federal ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão e, em março, atingiu R\$ 1.067.220.000. Destaca-se o aumento relativo da parcela pré-fixada de maneira contínua, em contrapartida à diminuição relativa da dívida com indexação pela Selic e pelo câmbio. Isso tem sido operacionalizado por uma combinação de emissões líquidas de LTNs e NTN-Fs e resgates de LFTs.

A vantagem dessa mudança na composição da dívida é o aumento dos graus de liberdade da política monetária e da política cambial. Em relação à última, abre-se espaço para uma desvalorização da taxa de câmbio, sem que a dívida aumente significativamente. No referente à primeira, ela passa a ter menos impactos fiscais, na medida em que as variações necessárias na taxa de juros são mais brandas sobre a dívida.

A substituição de dívida com indexação cambial por dívida pré-fixada impõe um custo que corresponde ao diferencial de taxa de juros, além da expectativa de desvalorização cambial e do já existente prêmio de risco. Mesmo que a parcela pré-fixada tenha crescido, sua participação ainda é pequena, bem como seus prazos de vencimento. Essa composição desfavorável é resultado de um acúmulo de crises de confiança, que determinaram a necessidade de algum tipo de indexação e encurtamento de prazos, como um *hedge* para a venda de títulos públicos.

Tornar a dívida majoritariamente pré-fixada somente será possível com o aumento de confiança dos detentores de títulos na política econômica, atual e futura.

Composição da dívida mobiliária federal — dez./99-mar./06



FONTE: STN.

Eduardo Lamas (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Condições institucionais para a gestão urbana nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)

Os instrumentos legais são de fundamental importância para a disseminação da prática do planejamento em nível municipal. A Constituição Federal de 1988 tornou obrigatórios: a Lei Orgânica Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Já os instrumentos específicos de gestão urbana (Lei do Perímetro Urbano, Plano Diretor, Legislação Sobre Áreas de Interesse Social e Plano Estratégico) tiveram sua importância aumentada a partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.01). A existência e o grau de atualização desses instrumentos indicam, em certa medida, se os municípios estão preparados para suas novas funções.

O Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regis-

tra que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, todos os municípios possuem Lei Orgânica, sem fornecer informações sobre os demais instrumentos obrigatórios. Quanto à legislação urbana, conforme dados da **Pesquisa de Informações Básicas Municipais — MUNIC 2001**, analisados em **Perfil dos Municípios Brasileiros — Gestão Pública 2001**, do IBGE (2003), mais de 90% dos municípios da RMPA já contam com suas próprias leis de parcelamento do solo, delimitação do perímetro urbano, código de posturas e código de obras. Curiosamente, o Plano Diretor — obrigatório para municípios metropolitanos — inexistente em quase um terço deles. Mesmo assim, a situação na RMPA é melhor que a do conjunto dos 5.560 municípios existentes no País, em 2001, como se pode observar na tabela.

Existência de instrumentos legais de planejamento e gestão urbana nos municípios da RMPA e do Brasil — 2001

INSTRUMENTOS LEGAIS	RMPA		BRASIL	
	Número	%	Número	%
Lei Orgânica	31	100,00	5 523	99,30
Lei do Perímetro Urbano	30	96,80	4 153	74,70
Lei do Parcelamento do Solo	29	93,50	1 817	32,70
Código de Posturas	29	93,50	3 507	63,10
Código de Obras	28	90,30	2 593	46,60
Lei de Zoneamento ou equivalente	25	80,60	1 260	22,60
Plano Diretor Urbano	21	67,74	980	17,60
Legislação Sobre Áreas de Interesse Especial	15	48,40	755	11,60

FONTE: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU).

http://www.planejamento.gov.br/planejamento/investimento/conteudo/noticias/indicadores_urbanos

IBGE: MUNIC-2001.

Perfil dos Municípios Brasileiros — Gestão Pública 2001 (2003).

Sheila Vilanova Borba (FEE/CEES)

Trajatória do movimento grevista no Rio Grande do Sul: 1990-05

No Rio Grande do Sul, tal como no resto do Brasil, o movimento grevista entrou em uma fase de declínio desde o início dos anos 90. De acordo com o DIEESE, do total de 300 greves registradas no Estado, entre 1990 e 2005, cerca de 88% ocorreram no período 1990-99 e apenas 12% no 2000-05. Isso corresponde a uma média anual de 26,5 greves na década de 90 e de 5,8 paralisações entre 2000 e 2005. Esse declínio se expressa igualmente no número médio anual de grevistas e no número de horas de trabalho perdidas em consequência das greves. A média anual de grevistas passou de 91,8 mil entre 1990 e 1999 para 13,0 mil entre 2000 e 2005, enquanto o número médio anual de horas perdidas passou de 20,3 milhões para 2,6 milhões. O ano 2000, a despeito de ter registrado apenas cinco greves, foi o mais expressivo da última década, envolvendo cerca de 64,3 mil grevistas, o que correspondeu a uma

perda de 15,6 milhões de horas de trabalho. A diminuição da intensidade do movimento grevista pode ser atribuída à redução das taxas de inflação, à introdução de novas tecnologias e estratégias gerenciais nas empresas e, sobretudo, aos elevados índices de desemprego.

Cabe destacar que o número de greves aumentou na esfera pública comparativamente à esfera privada. No RS, a participação da esfera pública passou de cerca de 51,9% do total de greves entre 1990 e 1999 para 71,1% entre 2000 e 2005. Nos dois últimos anos, apenas uma, de um total de 12 paralisações, ocorreu no setor privado. É possível que a grande incidência de greves na esfera pública esteja associada à crise fiscal do Estado e à contenção salarial que prevalece nesse setor.

Total de greves, de grevistas, de horas de trabalho perdidas e médias anuais, por períodos, no RS — 1990-05

PERÍODOS	GREVES		GREVISTAS		HORAS PERDIDAS	
	Total	Média Anual	Total	Média Anual	Total	Média Anual
1990-05	300	18,8	995 883	62 242,7	218 993 189	13 687 074,31
1990-99	265	26,5	917 859	91 785,9	203 258 157	20 325 815,70
2000-05	35	5,8	78 024	13 004,0	15 735 032	2 622 505,33

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DIEESE.

Walter Arno Pichler (FEE/CEES)

Principais grãos com preços em queda

A recuperação da renda agrícola, após dois anos seguidos com perdas em razão das adversidades climáticas, frustrou-se, devido ao aprofundamento da tendência de queda dos preços. Comparando-se os preços dos principais grãos, recebidos pelos produtores em jan./2003 e jan./2006, no Estado, constata-se que houve redução nos preços do feijão, de 11%, do arroz, de 38%, do milho, de 41%, do trigo, de 48%, e da soja, de 50%.

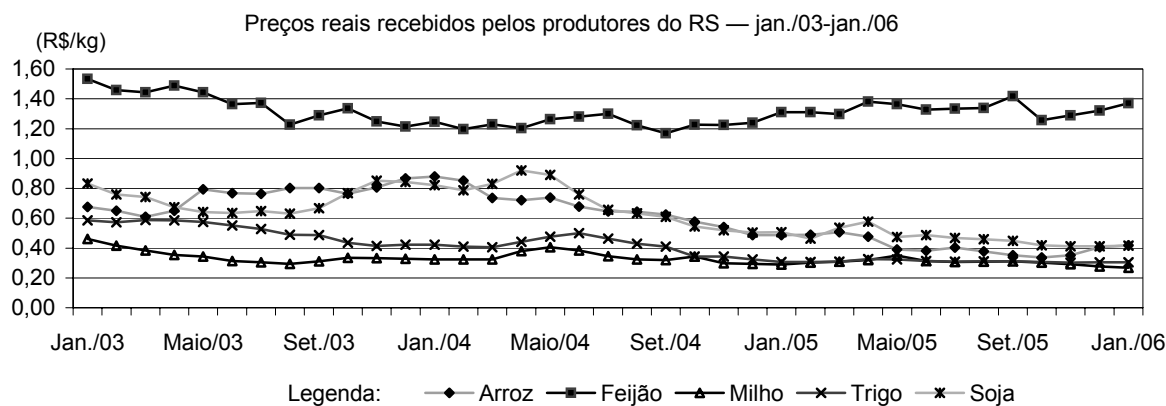
Os preços internacionais da soja têm apresentado uma trajetória declinante, após um período com cotação muito elevada — de US\$ 364 a tonelada em abr./04, sua cotação internacional passou para US\$ 211 em abr./06 —, ao que se soma a valorização do real, fazendo com que os preços em reais recebidos pelos produtores fiquem ainda mais baixos. Nos casos do arroz, do feijão e do milho, o aumento dos estoques internos depreciou os preços, o que foi agravado, no caso do milho, devido à queda das exportações de frango, visto que esse grão é usado para a produção de ração. No caso do trigo, a maior parte da oferta é garantida através de importações; como a valorização cambial barateia as importações e dificulta as exportações, os preços são pressionados para baixo.

O ciclo baixista dos preços agrícolas, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção da inflação baixa, provoca uma crise de rentabilidade na agricultura, com o crescente distanciamento entre os custos de produção e os preços recebidos pelos produtores. Esse quadro adverso tem provocado o aumento da inadimplência e, provavelmente, ocasionará a redução no plantio da próxima safra. Os efeitos dessa crise

já começaram a ser sentidos por outros setores, como é o caso das indústrias produtoras de máquinas e implementos agrícolas.

Diante da pressão dos produtores rurais, que organizaram protestos em todo o País, durante o mês de maio, o Governo antecipou a divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2006/07 e anunciou um conjunto de medidas emergenciais. O Plano apresenta um acréscimo de 12,5% nos recursos disponibilizados, em relação ao Plano 2005/06, e eleva o volume de recursos a taxas controladas na linha de crédito para custeio. As linhas de crédito para investimento Finame Agrícola Especial, Prodecoop e Moderfrota tiveram suas taxas de juros reduzidas.

Às medidas emergenciais, somam-se as de menor escopo, estabelecidas em abr./06 e voltadas para o equacionamento do problema das dívidas dos agricultores. Através das primeiras, parte dos créditos de custeio da safra 2005/2006 será prorrogada automaticamente, com carência de 12 meses; parcelas dos programas de renegociação PESA, Securitização e Recoop, vencidas em 2005/06 ou vincendas em 2006, de produtores adimplentes até 31.12.04 serão refinanciadas com juros de 8,75% a.a. e carência de até dois anos; será ampliado o prazo de cobrança administrativa da dívida vencida e ainda não inscrita no Cadin dos programas PESA e Securitização, e a Linha FAT Giro Rural contará com mais recursos. O Governo também está propondo a reformulação da política de garantia de preços mínimos e do seguro rural — que depende de projeto de lei.



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Emater-RS.

NOTA: Dados atualizados até maio/06 pelo IGP-DI.

Julia Galarza D'Ávila (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.06.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.